

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Apresentamos o Relatório da Administração às Demonstrações Financeiras da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing) relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2021, elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (Bacen) e demais diretrizes previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Mercado de Atuação

A Santander Leasing, instituição financeira integrante do Conglomerado Santander, atua no mercado de arrendamento mercantil sendo suas operações voltadas, principalmente, para o arrendamento de veículos, máquinas e equipamentos, utilizando a rede de agências do Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander).

Patrimônio Líquido e Resultado

Em 30 de junho de 2021, o patrimônio líquido atingiu o montante de R\$11.207 milhões (31/12/2020 - R\$5.833 milhões). O lucro líquido apresentado em 30 de junho de 2021 foi de R\$145 milhões em comparação a R\$98 milhões do mesmo período findo em 30 de junho de 2020.

Em 27 de maio de 2021, foi deliberada a incorporação da totalidade das ações do Banco Bandepe S.A. (Bandepe) pela Santander Leasing, a fim de converter o Bandepe em uma subsidiária integral da Santander Leasing ("Incorporação de Ações"). A Incorporação de Ações resultou em um aumento do capital social da Santander Leasing de R\$5.365.189.080,65 (cinco bilhões, trezentos e sessenta e cinco milhões, cento e oitenta e nove mil, oitenta reais e sessenta e cinco centavos), em razão da incorporação das ações de emissão do Banco Bandepe detidas pelo Banco Santander.

Ativos e Passivos

Em 30 de junho de 2021, os ativos totais atingiram R\$12.521 milhões (31/12/2020 - R\$7.129 milhões). Desse montante, R\$65 milhões (31/12/2020 - R\$222 milhões) são representados por aplicações interfinanceiras de liquidez, R\$2.678 milhões (31/12/2020 - R\$2.825 milhões) por títulos e valores mobiliários e R\$2.201 milhões (31/12/2020 - R\$2.096 milhões) pela carteira de arrendamento. O montante dos recursos captados é de R\$316 milhões (31/12/2020 - R\$312 milhões) representado por debêntures.

Conjuntura Econômica

Ao final do segundo trimestre de 2021, o Banco Santander (Controlador da Santander Leasing) observou a mediana das projeções quanto ao desempenho da economia brasileira indicar crescimento do PIB brasileiro de 4,85% em 2021 frente à contração de 4,06% no ano anterior. A projeção para 2021 é maior à observada no final do primeiro trimestre (3,17%) e, na avaliação do Banco, foi influenciada pela recente

publicação de que o resultado efetivo observado naquele período ficou além do consenso de mercado – a mediana das estimativas indicava expansão trimestral dessazonalizada de 0,9% para o primeiro trimestre de 2021. Os dados de atividade econômica divulgados contrastaram com nossa estimativa de crescimento do PIB para o trimestre anterior (também estimávamos alta de 0,9%) e alteraram nossa expectativa de que a economia brasileira crescerá 3,6% em 2021. Preliminarmente, alteramos nossa projeção de crescimento do PIB para 4,9% neste ano.

Ainda no segundo trimestre de 2021, o Banco testemunhou a variação interanual do IPCA atingir 8,1%, patamar bastante acima da meta determinada para 2021 (3,75%) e também superior ao valor de 5,9% projetado pelo Santander para o este ano. O Banco entende que este ambiente inflacionário e seu balanço de riscos foram os motivadores para que o Banco Central do Brasil tenha elevado a taxa básica de juros de 2,75% a.a. para 4,25% a.a. entre os fechamentos do primeiro e segundo trimestres de 2021. O Banco Santander julga que esta abordagem quanto à taxa Selic aumenta a chance de que a inflação convirja para as metas estabelecidas dentro do horizonte de tempo relevante para a política monetária. Neste sentido, o Banco projeta que a taxa Selic atingirá 6,50% a.a. ao final de 2021 e 7,00% a.a. no encerramento de 2022.

Com relação ao comportamento do câmbio, o Banco Santander viu a cotação da moeda brasileira frente ao dólar norte-americano encerrar o segundo trimestre de 2021 cotada a R\$5,06/US\$. Ou seja, abaixo da cotação de R\$5,63/US\$ vista no encerramento do trimestre anterior. Esta trajetória de valorização do Real está alinhada com a previsão do Banco de que a taxa de câmbio encerrará o ano de 2021 cotada a R\$5,25/US\$.

Os desempenhos das variáveis mencionadas anteriormente aconteceram em meio a um ambiente internacional que o Banco julgou favorável e que teve como destaques os seguintes temas: avanço dos programas de imunização contra a COVID-19 nas economias avançadas; recuperação econômica mais célere da economia mundial; surgimento de pressões inflacionárias e; discussão acerca de possível reversão dos estímulos monetários concedidos em várias economias – com destaque para os EUA. De fato, os temas estão entrelaçados, já que o avanço no processo de imunização – principalmente em economias avançadas – permitiu a retomada mais célere em diversas partes do globo e gerou alguns gargalos em cadeias produtivas importantes. Por sua vez, estes gargalos acabaram provocando problemas na produção de alguns produtos – automóveis, por exemplo – e causaram elevação de preços que foram capturados pelos índices de inflação. Diante de um quadro inflacionário menos tranquilo – ainda que causados por alguns reverses temporários – o Banco Santander viu crescer a discussão acerca da possibilidade de reversão das políticas de incentivos monetários que foram amplamente adotadas para dar suporte à demanda durante a pandemia. Para o Banco, esta discussão explicou o registro de alguma volatilidade nos preços dos ativos, principalmente no mercado de renda fixa norte-americano.

No ambiente doméstico, o Banco Santander entende que os principais temas foram os seguintes: letargia no programa de imunização contra a COVID-19, continuidade do processo de normalização da taxa de juros; persistência das pressões inflacionárias; índices de atividade econômica mais robustos que o imaginado anteriormente e; redução da percepção de risco quanto ao arcabouço fiscal brasileiro. Para o Banco, o fato de a economia brasileira ter apresentado crescimento econômico robusto no 1T21, a despeito do recrudescimento do quadro pandêmico e da ausência de incentivos fiscais no período foi uma surpresa bastante positiva. Para o Banco Santander, o desempenho mostrou que, mesmo a adoção de medidas de restrições à mobilidade e a menor massa de rendimentos não impediu a economia de manter-se em trajetória de recuperação. Para o Banco, esta pode ser a explicação para a extensão das pressões inflacionárias que levaram a autoridade monetária brasileira a sinalizar a continuidade do processo de normalização da política monetária. Por fim, o Banco reconhece que elementos circunstanciais provocaram melhora na percepção de risco quanto à dívida do governo nos próximos anos, já que o ponto de partida de sua trajetória deverá ser mais baixo do que anteriormente imaginado. Entretanto, o Banco Santander continua chamando a atenção para a dinâmica estrutural preocupante que ela poderá seguir na ausência de reformas estruturais no futuro próximo.

Outras Informações

A política de atuação da Santander Leasing na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa de seus auditores independentes, se fundamenta nas normas brasileiras e internacionais de auditoria, que preservam a independência do auditor. Essa fundamentação prevê o seguinte: (i) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (ii) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente, (iii) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente, e (iv) necessidade de aprovação de quaisquer serviços pelo Comitê de Auditoria do Banco Santander. Em atendimento à Instrução da Comissão de Valores Mobiliários 381/2003, a Santander Leasing informa que no semestre findo em 30 de junho de 2021, não foram prestados pela PricewaterhouseCoopers e outras firmas-membro outros serviços profissionais de qualquer natureza, que não enquadrados como serviços de auditoria das demonstrações financeiras. Ademais, a Santander Leasing confirma que a PricewaterhouseCoopers representa à Administração que dispõe de procedimentos, políticas e controles para assegurar a sua independência, que incluem a avaliação sobre os trabalhos prestados, abrangendo qualquer serviço que não seja de auditoria externa. Referida avaliação se fundamenta na regulamentação aplicável e nos princípios aceitos que preservam a independência do auditor, acima mencionados.

São Paulo, 27 de agosto de 2021.

O Conselho de Administração

A Diretoria

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	30/06/2021	31/12/2020	Notas Explicativas	30/06/2021	31/12/2020
Receitas da Intermediação Financeira						
Operações de Arrendamento Mercantil		255.519	192.079			
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários		100.663	113.817			
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos		154.856	106.648			
Despesas da Intermediação Financeira		(10.727)	(14.640)			
Operações de Captação no Mercado	15.d	(3.979)	(6.517)			
Operações de Empréstimos e Repasses		(69)	(2.532)			
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	6.f	(6.679)	(5.591)			
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		244.792	177.439			
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(14.821)	(17.753)			
Receitas de Prestação de Serviços		673	554			
Outras Despesas Administrativas	16	(5.919)	(6.941)			
Despesas Tributárias	7.d	(20.420)	(16.562)			
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	9	11.343	(11.127)			
Outras Receitas Operacionais	17	22.844	25.465			
Outras Despesas Operacionais	18	(23.342)	(9.142)			
Resultado Operacional		229.971	159.866			
Resultado não Operacional	19	1.693	2.865			
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro		231.664	162.551			
Imposto de Renda e Contribuição Social	7.c	(86.589)	(64.224)			
Provisão para Imposto de Renda		(23.487)	(12.233)			
Provisão para Contribuição Social		(25.226)	(17.544)			
Ativo Fiscal Diferido		(37.877)	(34.447)			
Lucro Líquido		145.075	98.327			
Número de Ações (Mil)	14.a	164.245	11.044.653			
Lucro Líquido por Lote de Mil Ações (em R\$)		883,28	8,90			

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	30/06/2021	31/12/2020	Notas Explicativas	30/06/2021	31/12/2020
Saldos em 31 de dezembro de 2019						
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		4.720.030	398.931			
Lucro Líquido		-	-			
Destinações:						
Reserva Legal	14.c	-	4.916			
Reserva para Equalização de Dividendos	14.c	-	46.705			
Reserva para Reforço de Capital de Giro	14.c	-	46.706			
Saldos em 30 de junho de 2020		4.720.030	403.847		17.757	5.857.084
Mutações no Semestre			4.916		(14.012)	84.315
Saldos em 31 de dezembro de 2020		4.720.030	402.846		18.116	5.832.949
Aumento de Capital	14.a	5.365.189	-		-	5.365.189
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		-	-		(135.756)	(135.756)
Lucro Líquido		-	-		145.075	145.075
Destinações:						
Reserva Legal	14.c	-	7.254		(7.254)	-
Reserva para Equalização de Dividendos	14.c	-	-		68.911	(68.911)
Reserva para Reforço de Capital de Giro	14.c	-	-		68.910	(68.910)
Saldos em 30 de junho de 2021		10.085.219	410.100		(107.640)	11.207.457
Mutações no Semestre		5.365.189	7.254		(135.756)	5.374.508

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Notas Explicativas	Capital Social	Reserva Legal	Reservas de Lucros Reservas Estatutárias	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros Acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2019		4.720.030	398.931	612.039	31.769	-	5.762.769
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		-	-	-	(14.012)	-	(14.012)
Lucro Líquido		-	-	-	-	98.327	98.327
Destinações:							
Reserva Legal	14.c	-	4.916	-	-	(4.916)	-
Reserva para Equalização de Dividendos	14.c	-	-	46.705	-	(46.705)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	14.c	-	-	46.706	-	(46.706)	-
Saldos em 30 de junho de 2020		4.720.030	403.847	705.450	17.757	-	5.857.084
Mutações no Semestre			4.916	93.411	(14.012)	-	84.315
Saldos em 31 de dezembro de 2020		4.720.030	402.846	681.957	28.116	-	5.832.949
Aumento de Capital	14.a	5.365.189	-	-	-	-	5.365.189
Ajustes de Avaliação Patrimonial - Títulos e Valores Mobiliários		-	-	-	(135.756)	-	(135.756)
Lucro Líquido		-	-	-	-	145.075	145.075
Destinações:							
Reserva Legal	14.c	-	7.254	-	-	(7.254)	-
Reserva para Equalização de Dividendos	14.c	-	-	68.911	-	(68.911)	-
Reserva para Reforço de Capital de Giro	14.c	-	-	68.910	-	(68.910)	-
Saldos em 30 de junho de 2021		10.085.219	410.100	821.398	(107.640)	-	11.207.457
Mutações no Semestre		5.365.189	7.254	137.821	(135.756)	-	5.374.508

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

1. Contexto Operacional, Reestruturação Societária e Apresentação das Demonstrações Financeiras

a) Contexto Operacional

A Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Santander Leasing), controlada pelo Banco Santander (Brasil) S.A. (Banco Santander), constituída na forma de sociedade anônima, domiciliada na Rua Amador Bueno, 474, Bloco C, 1º andar, Santo Amaro, CEP 04752-901, São Paulo – SP, atua no mercado de arrendamento mercantil, regulamentado pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e Banco Central do Brasil (Bacen), sendo suas operações voltadas, principalmente, para o arrendamento de veículos, máquinas e equipamentos, utilizando a rede de agências do Banco Santander. As operações da Santander Leasing são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro, lideradas pelo Banco Santander (Brasil) S.A. Os benefícios e custos correspondentes dos serviços prestados são absorvidos entre as mesmas, são realizados no curso normal dos negócios e em condições de comutatividade.

b) Reestruturação Societária

Em 11 de maio de 2021, o Banco Santander e o Banco Bandepe S.A. ("Bandepe") celebraram Contrato de Compra e Venda de Ações por meio do qual o Banco Santander adquiriu a totalidade da participação societária detida pelo Bandepe na Santander Leasing, que corresponde a 21,42%. Nessa operação o Banco Santander passou a ser o único acionista da Santander Leasing.

Em 27 de maio de 2021, foi deliberada a incorporação da totalidade das ações do Bandepe pela Santander Leasing, a fim de converter o Bandepe em uma subsidiária integral da Santander Leasing ("Incorporação de Ações"). A Incorporação de Ações resultou em um aumento do capital social da Santander Leasing de R\$5.365.189.080,65 (cinco bilhões, trezentos e sessenta e cinco milhões, cento e oitenta e nove mil, oitenta reais e sessenta e cinco centavos), em razão da incorporação das ações de emissão do Banco Bandepe detidas pelo Banco Santander.

c) Apresentação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Santander Leasing foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, em conjunto às normas do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Bacen e demais diretrizes previstas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). A Resolução CMN nº 4.818/2020 e a Resolução BCB nº 2/2020 estabeleceram os critérios gerais e procedimentos para elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras. A Resolução BCB nº 2/2020, revogou a Circular Bacen nº 3959/2019, e entrou em 1º de janeiro de 2021 sendo aplicável na elaboração, divulgação e remessa de Demonstrações Financeiras a partir de sua entrada em vigor, abrangendo as Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2020. A referida norma, entre outros requisitos, determinou a evidência em nota explicativa, de forma segregada, dos resultados recorrentes e não recorrentes.

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração, impactando certos ativos e passivos, divulgações sobre provisões e passivos contingentes e receitas e despesas nos períodos demonstrados. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem diferir dessas estimativas, sendo as principais, provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa, realização do crédito tributário, passivos contingentes e o valor justo dos ativos financeiros. O Conselho de Administração autorizou a emissão das demonstrações financeiras para o semestre findo em 30 de junho de 2021, na reunião realizada em 27 de agosto de 2021.

2. Principais Políticas Contábeis

a) Apuração do Resultado

O regime contábil de apuração do resultado é o de competência e considera os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, por rata dia incidentes sobre ativos e passivos atualizados até a data do balanço.

b) Moeda Funcional e Moeda de Apresentação

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, moeda funcional e de apresentação da Santander Leasing.

c) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados por rata dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para reduzir o custo de ativo ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular Bacen 3.068/2001.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, equivalentes de caixa correspondem aos saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez com conversibilidade imediata, sujeito a um insignificante risco de mudança de valor e com prazo original igual ou inferior a noventa dias.

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

São demonstradas pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados por rata dia.

f) Títulos e Valores Mobiliários

A carteira de títulos e valores mobiliários está demonstrada, conforme circular nº 3.068, pelos seguintes critérios de registro e avaliação contábeis:

I - títulos para negociação;

II - títulos disponíveis para venda;

III - títulos mantidos até o vencimento.

Na categoria títulos para negociação estão registrados os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativamente e frequentemente negociados e na categoria títulos mantidos até o vencimento, aqueles para os quais existe intenção e capacidade da Instituição de mantê-los em carteira até o vencimento. Na categoria títulos disponíveis para venda, estão registrados os títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas categorias I e III. Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias I e II estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados por rata dia, ajustados ao valor de mercado, computando-se a valorização ou a desvalorização decorrente de tal ajuste em contrapartida:

(1) da adequada conta de receita ou despesa, líquida dos efeitos tributários, no resultado do exercício, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos para negociação; e

(2) da conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários, quando relativa a títulos e valores mobiliários classificados na categoria títulos disponíveis para venda. Os ajustes ao valor de mercado realizados na venda desses títulos são transferidos para o resultado do semestre.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento estão demonstrados pelo valor de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, calculados por rata dia.

As perdas de caráter permanente no valor de realização dos títulos e valores mobiliários classificados nas categorias disponíveis para venda e mantidos até o vencimento são reconhecidas no resultado do semestre.

A Santander Leasing classifica as mensurações ao valor justo usando a hierarquia de valor justo que reflete o modelo utilizado no processo de mensuração, e está de acordo com os seguintes níveis hierárquicos:

Nível 1: Determinados com base em cotações públicas de preços em mercados ativos para ativos e passivos idênticos, incluem títulos da dívida pública, ações e derivativos listados. Os títulos e valores mobiliários de alta liquidez com preços observáveis em um mercado ativo estão classificados no nível 1. Neste nível foram classificados a maioria dos Títulos do Governo Brasileiro, ações em bolsa e outros títulos negociados no mercado ativo. Os derivativos negociados em bolsas de valores são classificados no nível 1 da hierarquia.

Nível 2: São os derivados de dados diferentes dos preços cotados incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente ou indiretamente. Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que, o valor justo do

instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros. Esses títulos e valores mobiliários são classificados no nível 2 da hierarquia de valor justo e são compostos, principalmente por Títulos Públicos em um mercado menos líquido do que aqueles classificados no nível 1. Para os derivativos negociados em balcão, para a avaliação de instrumentos financeiros, utilizam-se normalmente dados de mercado observáveis como, taxas de câmbio, taxas de juros, volatilidade, correlação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

s) Ativos e Passivos Fiscais Correntes e Diferidos

A Resolução CMN nº 4.842, de 30 de junho de 2020 consolidou os critérios gerais para mensuração e reconhecimento de ativos e passivos fiscais, correntes e diferidos, pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e a Resolução BCB nº 15, de 17 de setembro de 2020 (revogou as Circulares BACEN nº 3.776/2015 e nº 3.174/2003), consolidou os procedimentos a serem observados pelas instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil na constituição ou baixa do ativo fiscal diferido e na divulgação de informações sobre ativos ou passivos fiscais diferidos em notas explicativas.

3. Caixa e Equivalentes de Caixa

	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2020	31/12/2019
Disponibilidades	7.352	10.949	14.447	8.466
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	20.860	141.826	1.456.849	56.009
Aplicações no Mercado Aberto	-	71.421	1.328.849	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	20.860	70.405	128.000	56.009
Total	28.212	152.775	1.471.296	64.475

As informações relativas a 30 de junho de 2020 e 31 de dezembro de 2019 são demonstradas para informar a composição dos saldos iniciais da Caixa e Equivalentes de Caixa apresentados nas Demonstrações dos Fluxos de Caixa.

4. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

	30/06/2021		31/12/2020	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Total	Total
Aplicações no Mercado Aberto	-	44.531	44.531	151.438
Posição Bancada	-	44.531	44.531	151.438
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	44.531	44.531	80.017
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	-	71.421
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	20.860	-	20.860	70.405
Total	20.860	44.531	65.391	221.843

5. Títulos e Valores Mobiliários

a) Títulos e Valores Mobiliários

Resumo da Carteira por Categorias e Abertura por Vencimento

	30/06/2021		31/12/2020		Abertura por Vencimento	30/06/2021
	Ajuste a Mercado Refletido no Patrimônio Líquido	Valor Contábil	Valor Contábil	Acima de 3 anos	Total	Total
Títulos Disponíveis para Venda						
Títulos Públicos - Notas do Tesouro Nacional - NTN	2.869.893	(191.473)	2.678.420	2.824.908	2.678.420	2.678.420
Total de Títulos e Valores Mobiliários	2.869.893	(191.473)	2.678.420	2.824.908	2.678.420	2.678.420

O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado considerando a cotação média dos mercados organizados e o seu fluxo de caixa estimado, descontado a valor presente conforme as correspondentes curvas de juros aplicáveis, consideradas como representativas das condições de mercado por ocasião da apuração dos balanços e as cotas de fundo de investimento são atualizadas com base na cotação divulgada pelos administradores dos fundos diariamente.

b) Instrumentos Financeiros - Análise de Sensibilidade

A gestão de riscos é focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do Bacen e as boas práticas internacionais. Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e "banking", conforme efetuado no gerenciamento da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Método Padronizado de Basileia do Bacen. A Carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias mantidas com intenção de negociação e a carteira banking consiste nas operações estruturais provenientes das diversas linhas de negócio da Santander Leasing e seus eventuais hedges. Para elaboração dos cenários da análise de sensibilidade, foram utilizados como referência informações da Curva-Pré da taxa de juros básica (DI-Futuro), utilizado os valores diários obtidos no fechamento da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3).

A Santander Leasing efetuou a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros de acordo com a Instrução CVM 475/2008, considerando as informações de mercado e cenários que afetariam negativamente as suas posições. O quadro resumo apresentado abaixo sintetiza valores de sensibilidade gerados pelos sistemas corporativos da Santander Leasing, referente a carteira banking, para cada um dos cenários da carteira do dia 30 de junho de 2021, e não apresentava saldo na carteira de negociação.

Carteira Banking	Descrição	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Fatores de Risco	Exposições sujeitas à Variação de Taxas Juros Pré - Fixadas	(19.177)	(193.922)	(348.624)
Taxa de Juros em Reais		(19.177)	(193.922)	(348.624)

(1) Valores líquidos de efeitos tributários.

Cenário 1: choque de +10 bps nas curvas de juros.

Cenário 2: choque de +25% e -25% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

Cenário 3: choque de +50% e -50% em todos os fatores de risco, sendo consideradas as maiores perdas por fator de risco.

6. Carteira de Arrendamento Mercantil e Provisão para Perdas

a) Composição da Carteira

	30/06/2021	31/12/2020
Operações de Arrendamento Mercantil (1)	2.200.613	2.096.240
Total	2.200.613	2.096.240

(1) Os contratos de arrendamento têm cláusulas de não cancelamento e de opção de compra e são pactuados a taxas pré ou pós-fixadas.

a.1) Natureza e Origem dos Ativos Fiscais Diferidos

	30/06/2021	31/12/2020
Provisão para Perdas Esperadas Associadas ao Risco de Crédito	284.510	277.879
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis	2.240.143	17.209
Provisão para Riscos Fiscais e Obrigações Legais	662.219	658.062
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos (1)	-	6.756
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda e Hedge de Fluxo de Caixa	565.516	-
Outras Provisões Temporárias	59.893	57.544
Total dos Ativos Fiscais Diferidos sobre Diferenças Temporárias	1.596.181	1.017.450
Prejuízos Fiscais	151.929	224.001
Saldo dos Ativos Fiscais Diferidos	1.748.110	1.241.451

(1) Inclui crédito tributário de IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Santander Leasing não possui ativos fiscais diferidos não ativados. O registro contábil dos ativos fiscais diferidos nas demonstrações financeiras da Santander Leasing foi efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período previsto de sua realização e está baseado na projeção de resultados futuros e em estudo técnico preparado nos termos da Resolução CMN nº 4.842/2020 e Resolução BCB nº 15.

a.2) Expectativa de Realização dos Ativos Fiscais Diferidos

Ano	Diferenças Temporárias IRPJ	CSLL	PIS	Prejuízos Fiscais	Total
2021	26.312	21.894	2.226	35.763	86.195
2022	53.290	32.876	4.452	41.459	132.077
2023	40.617	25.284	2.226	12.227	80.354
2024	16.803	9.804	-	17.398	44.005
2025	159.062	71.556	-	7.203	237.821
2026 a 2030	890	3.094	-	93.724	97.708
Total	296.974	164.508	8.904	207.774	678.160

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos ativos fiscais diferidos não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

Cum base na Resolução CMN nº 4.818/2020 e na Resolução BCB nº 2/2020, os ativos fiscais diferidos devem ser apresentados integralmente no longo prazo, para fins de balanço.

a.3) Valor Presente dos Ativos Fiscais Diferidos

O valor presente total dos ativos fiscais diferidos é de R\$360.211 (31/12/2020 - R\$551.813) calculados de acordo com a expectativa de realização das diferenças temporárias, prejuízos fiscais e a taxa média de captação projetada para os períodos correspondentes.

b) Outras Obrigações Correntes e Diferidas

	30/06/2021	31/12/2020
Passivos Fiscais Diferidos	242.052	235.808
Provisão para Impostos e Contribuições sobre Lucros	16.573	12.817
Impostos e Contribuições a Pagar	7.987	7.978
Total	266.612	256.603

b.1) Natureza e Origem dos Passivos Fiscais Diferidos

	30/06/2021		31/12/2020	
	Origens	Saldo em	Origens	Saldo em
	30/06/2021	31/12/2020	30/06/2021	31/12/2020
Ajuste ao Valor de Mercado dos Títulos Disponíveis para Venda (1)	-	145.152	21.029	-
Superveniência de Arrendamento Mercantil	814.714	708.751	177.188	26.490
Outros	93.976	93.977	37.591	783
Total	908.690	947.880	235.808	27.273

(1) Inclui IRPJ, CSLL, PIS e Cofins.

b.2) Expectativa de Exigibilidade dos Passivos Fiscais Diferidos

Ano	Diferenças Temporárias IRPJ	CSLL	Total
2021	105.755	3.132	108.887
2022	109.671	4.699	114.370
2023	7.831	4.699	12.530
2024	3.916	2.449	6.365
Total	227.173	14.879	242.052

c) Imposto de Renda e Contribuição Social

	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro	231.664	162.551

Encargo Total do Imposto de Renda e Contribuição Social às Alíquotas de 25% e 15%, Respectivamente (92.666) (65.020)

Resultado de Participações em Coligadas e Controladas 4.537 (4.451)

Despesas Indeducíveis Líquidas de Receitas não Tributáveis (332) 3.984

IRPJ e CSLL sobre as Diferenças Temporárias e Prejuízos Fiscais de Exercícios Anteriores (327) -

Demais Ajustes CSLL 5% 2.411 -

Demais Ajustes (212) 1.263

Imposto de Renda e Contribuição Social (86.589) (64.224)

Em 1º de março de 2021, foi publicada no Diário Oficial da União a Medida Provisória nº 1.034, que entre outras medidas altera a Lei nº 7.689 de 15 de dezembro de 1988, majorando a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido aplicável às Sociedades de Arrendamento Mercantil de 15% para 20%, no período de 1º de julho a 31 de dezembro de 2021. A Santander Leasing está avaliando os impactos

d) Despesas Tributárias

	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Atualização de Impostos e Contribuições (1)	3.577	4.071
Despesas com Cofins	7.687	3.616
Despesas com ISS	7.905	8.046
Despesas com PIS/Pasep	1.249	804
Outras	2	25
Total	20.420	16.562

(1) Inclui atualizações das provisões para o PIS e Cofins da lei 9.718/1998.

8. Outros Ativos

	30/06/2021	31/12/2020
Devedores por Depósitos em Garantia	747.443	752.635
Para Interposição de Recursos Fiscais	431	249
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	35.873	34.113
Outros	4.724	3.772
Despesas Antecipadas	4.183	1.728
Pagamentos a Ressarcir	66	66
Outros	96.436	86.088
Total	889.156	878.651

b) Carteira de Arrendamento

	30/06/2021	31/12/2020
Investimento Bruto nas Operações de Arrendamento Mercantil	2.480.069	2.369.566
Arrendamentos a Receber	1.818.467	1.737.930
Valores Residuais a Realizar (1)	661.602	631.636
Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil	(1.816.379)	(1.736.359)
Valores Residuais a Balançar	(661.602)	(631.636)
Bens não de Uso Próprio	1.022	1.052
Imobilizado de Arrendamento	3.702.907	3.508.663
Cretores por Antecipação de Valor Residual	(1.505.404)	(1.415.046)
Total da Carteira de Arrendamento	2.200.613	2.096.240

(1) Valor residual garantido dos contratos de arrendamento mercantil, líquida de antecipações.

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020, não existiam acordos ou compromissos de arrendamento mercantil que individualmente sejam considerados relevantes.

c) Carteira por Vencimento

	30/06/2021	31/12/2020
Vencidas	4.027	2.620
A Vencer:		
Até 3 Meses	256.182	264.264
De 3 a 12 Meses	671.440	636.810
Acima de 12 Meses	1.268.964	1.129.546
Total	2.200.613	2.096.240

d) Carteira por Setor de Atividades

	30/06/2021	31/12/2020
Setor Privado		
Indústria	444.232	466.215
Comércio	633.279	577.445
Instituições Financeiras	266	671
Serviços e Outros	1.038.585	969.094
Pessoas Físicas - Financiamento e Leasing de Veículos	13.502	9.523
Agricultura	69.696	72.094
Setor Público		
Governo Municipal	1.053	1.198
Total	2.200.613	2.096.240

e) Carteira e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

	30/06/2021	
Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Curso Normal

	% Provisão Mínima Requerida	Curso Normal	Curso Anormal (1)	Carteira Total	Provisão Requerida
AA	-	1.636.623	-	1.636.623	-
A	0,5%	353.420	-	353.420	1.767
B	1%	51.164	3.133	54.297	543
C	3%	129.090	2.526	131.616	3.949
D	10%	2.285	6.244	8.529	853
E	30%	332	2.866	3.198	959
F	50%	7	140	147	74
G	70%	1.193	-	1.193	835
H	100%	7.149	4.441	11.590	11.590
Total		2.181.263	19.350	2.200.613	20.570

	31/12/2020	
Nível de Risco	% Provisão Mínima Requerida	Curso Normal

	% Provisão Mínima Requerida	Curso Normal	Curso Anormal (1)	Carteira Total	Provisão Requerida
AA	-	1.618.322	-	1.618.322	-
A	0,5%	357.646	-	357.646	1.788
B	1%	72.528	-	72.528	725
C	3%	22.706	2.982	25.688	770
D	10%	4.312	1.749	6.061	606
E	30%	1.715	958	2.673	802
F	50%	1.104	403	1.507	754
G	70%	270	2.407	2.677	1.874
H	100%	6.547	2.591	9.138	9.138
Total		2.085.150	11.090	2.096.240	16.457

(1) Inclui parcelas vincendas e vencidas há mais de 14 dias

f) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

	01/01 a 30/06/2021	01/01 a 30/06/2020
Saldo Inicial	16.457	21.173
Constituições	6.679	5.591
Baixas	(2.566)	(1.967)
Saldo Final	20.570	24.797

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

O Governo Federal por meio do Conselho Monetário Nacional e do Banco Central do Brasil tem adotado medidas para mitigar os impactos causados pela COVID-19, especificamente sobre operações de crédito, captação de recursos, redução de compulsório e aspectos relacionados a capital, tais como (a) medidas de facilitação das renegociações das operações de crédito sem que haja aumento dos

provisionamentos, (b) redução dos requerimentos de capital, de forma a ampliar a capacidade de concessão de crédito do Sistema Financeiro e (c) redução das alíquotas do recolhimento compulsório, para melhorar as condições de liquidez. Os impactos futuros relacionados à pandemia, os quais possuem certo grau de incerteza quanto à sua

duração e severidade e que, portanto, não podem ser mensurados com precisão neste momento, continuarão a ser acompanhados pela Administração.

Resultados recorrentes/não recorrentes

Em 30 de junho de 2021 e 31 de dezembro de 2020 não houve resultados não recorrentes.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente - Reginaldo Antônio Ribeiro

Conselheiros

Angel Santodomingo Martell

Carlos Rey de Vicente

DIRETORIA

Diretor Presidente - Angel Santodomingo Martell

Diretores

Amancio Acúrcio Gouveia

Antonio Pardo Santayana Montes

Contador

Diego Santos Almeida - CRC Nº SP 316054/ O-4

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas

Santander Leasing S.A.

Arrendamento Mercantil

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ("Instituição"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil em 30 de junho de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse Relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidade da Administração e da Governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Governança da Instituição são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Instituição.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das investidas para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras da Instituição. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria considerando essas investidas e, consequentemente, pela opinião de auditoria da Instituição.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 27 de agosto de 2021



PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Paulo Rodrigo Pecht
Contador CRC 1SP213429/O-7